



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
SECRETARIA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS – SATE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS – SATE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA

Comissão de Apoio a Diretoria de Educação à Distância na Gestão do PNAP

Profa.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)

Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)

Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS – SATE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA

Comissão de Apoio do Centro de Estudos Sociais Aplicados CESA/UECE para Atualização dos Projetos Pedagógicos das Especializações do PNAP/UAB

Profa.^a Dra. Adriana Teixeira Bastos
Prof.^a Dra. Ana Augusta Ferreira de Freitas
Prof. Dr. Carlos César de Oliveira Lacerda
Prof.^a Dra. Juliana Carvalho de Sousa
Prof. Esp. Luciano Pereira dos Santos Cavalcante
Prof. Me. Marcio Benedito Silveira
Prof. Me. Thiago do Amaral Ferreira

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Municipal, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização de Gestão Pública Municipal, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenador-Geral de Programas e Cursos em EAD

Sumário

1	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2	INTRODUÇÃO	6
3	JUSTIFICATIVA	6
4	UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: OBJETIVOS	7
5	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA CAPES	7
6	CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	8
7	INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA IPES AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	9
8	ASPECTOS INSTITUCIONAIS	9
8.1	Missão	10
8.2	Princípios e valores	10
8.3	Visão de Futuro	10
9	CONCEPÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO MUNICIPAL	10
9.1	Diretrizes metodológicas para formação do curso	11
9.2	Concepção pedagógica do curso	11
9.2.1	Objetivo geral	11
9.2.2	Objetivos específicos	11
9.3	Perfil do egresso	12
9.4	Organização curricular	12
9.4.1	Módulo Básico	12
9.4.2	Módulo Específico	13
9.4.3	Ementário	13
10	ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA	22
10.1	Corpo discente	22
10.2	Corpo docente	22
10.3	Equipe multidisciplinar	24
10.4	Docentes que participam da gestão do curso	25
11	INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO ADMINISTRATIVA	25
11.1	Sistema de Tutoria	26
11.2	Encontros presenciais	27
12	DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO	28
12.1	Avaliação de aprendizagem	29
13	PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES	29
	REFERÊNCIAS	29

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- a) Nome do curso: Curso de Especialização de Gestão Municipal
- b) Proponente: Universidade Estadual do Ceará - UECE
- c) Público-alvo: Profissionais e demais interessados no setor público, em especial com interesse e ou atuação nos municípios.
- d) Número de vagas: Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.
- e) Formas de ingresso: Definido conforme resolução, em vigor, que estabelece normas para os cursos de pós-graduação lato sensu a distância da Universidade Estadual do Ceará - UECE (aperfeiçoamento e especialização).
- f) Duração do curso: O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses.
- g) Previsão para início das atividades: Janeiro de 2024

2 INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Municipal e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Municipal vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera municipal.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a UECE oferece o Curso de Especialização em Gestão Municipal no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

3 JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com

o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público Municipal deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública municipal.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação da política pública municipal.

4 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: OBJETIVOS

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA CAPES

A Diretoria de Educação a Distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

A criação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) se deu por meio da Lei nº 9.753, de 18 de outubro de 1973, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE.

Sua concepção é fruto da união das seguintes instituições: Escola de Enfermagem São Vicente de Paula (1943), Faculdade de Filosofia do Ceará (1950), Escola de Serviço Social de Fortaleza (1953), Escola de Administração do Ceará (1961), Faculdade de Veterinária do Ceará (1963), Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (1968) e Televisão Educativa do Ceará - Canal. Ao se consolidar como universidade, outros cursos de graduação foram sendo gradualmente criados, somando-se aos primeiros já se encontravam em funcionamento.

Desde o seu nascimento, a UECE está organizada em uma estrutura multicampi, que privilegia o ensino da graduação e da pós-graduação (lato e stricto sensu), a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica. Atualmente, seus cursos são distribuídos em centros e faculdades, órgãos de Execução Programática, que têm por finalidade supervisionar, mediar, integrar e assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão em campos de conhecimento específicos, delimitados administrativamente.

Quanto a inserção da UECE em atividades relacionadas educação a distância (EaD), esta ocorreu na segunda metade da década de 1990, mas suas ações estavam vinculadas quase que exclusivamente a cursos associados ao Centro de Educação. Entretanto, este padrão começou a ser mudado em 2005, quando a UECE participou do primeiro edital para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância em parceria com a Universidade de Brasília, integrando um consórcio para oferta do curso de Licenciatura Plena em Letras.

Com o intuito de ampliar seu raio de ação na oferta de educação superior na modalidade EaD, a UECE, que já contava com a oferta de um Curso de Administração na forma presencial, participou do consórcio interinstitucional para oferta do curso de graduação em Administração, com a finalidade de atender à demanda das empresas estatais em termos de qualificação dos seus servidores públicos.

Como consta no site da UAB: “O curso-piloto de Administração a distância do Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB é uma parceria entre o MEC-SEED, Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior. (...)”

Em cada unidade da federação, as universidades definirão os locais dos pólos regionais e sua infra-estrutura para atendimento aos estudantes nos momentos presenciais. O estudante será acompanhado por um processo de tutoria que permitirá o monitoramento direto do desempenho e do fluxo de atividades, facilitando a interatividade e identificação de possíveis dificuldades de aprendizagem.

O projeto político pedagógico do curso de Administração na modalidade a distância foi pensado em conjunto com as outras 27 (vinte sete) instituições integrantes do consórcio formado para realização do Curso Piloto. Por outro lado, ressaltam-se que as discussões e soluções encontradas procuravam deixar margens para que características locais fossem agregadas ao projeto de cada instituição, bem como para garantir a autonomia das Universidades na definição de suas ações.

A partir desta experiência inicial, a UECE passou a se engajar de forma mais efetiva na ação nacional, promovida pela UAB, voltada para a disseminação de EaD, diversificando suas ações ao participar de editais da UAB para oferta de vagas nos polos de apoio presencial distribuídos pelo Ceará, ampliando, assim, sua capilaridade pelo interior do estado.

Com isso, os cursos que utilizam a modalidade de EaD passaram a fazer parte do cotidiano de todos os seus Centros e Faculdades. Este fato, justificou a consolidação da Secretaria de Educação a Distância – SEaD, que tinha sido criada em 2007, passando a ser o órgão responsável pela articulação da EaD com as unidades de ensino da UECE, modificando e ampliando uma situação que antes estava restrita somente aos cursos de graduação no Centro de Educação. Em 2011, a SEaD passou por uma reestruturação, tendo em vista que seu objetivo não seria mais somente coordenar os cursos na modalidade a distância, mas gerenciar e promover a mediação didático-pedagógica nas ações

educacionais presenciais e a distância, utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação, o que implicou na mudança em sua denominação para Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais (SATE/UECE).

Atualmente, além dos 11 campi em funcionamento, sendo 03 em Fortaleza e 08 no interior do Estado, a saber: Faculdade de Filosofia Dom Aureliano – FAFIDAM em Limoeiro do Norte; Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, em Quixadá; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI, em Iguatu; Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, em Crateús; Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI, em Itapipoca; e Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns – CECITEC, em Tauá, a UECE também tem atuação nos seguintes polos de apoio presencial relacionados à UAB: Aracoiaba, Barbalha, Beberibe, Brejo Santos, Campos Sales, Caucaia, Crateús, Fortaleza, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Maranguape, Mauriti, Missão Velha, Orós, Piquet Carneiro e Quixadá, sendo que ainda existe possibilidade de atuação nos outros 20 (vinte) polos da UAB existentes no Ceará¹.

7 INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA IPES AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

No ano de 2006, o MEC lançou o Edital de Seleção UAB nº 01/2006-SEED/MEC/2006/2007, para a oferta de cursos de Graduação, Licenciatura Plena, a distância. Neste Edital, a UECE apresentou a proposta de oferta de sete cursos de licenciatura – Física, Química, Ciências Biológicas, Matemática, Pedagogia, Informática e Artes Plásticas – que, aprovadas, tiveram suas atividades iniciadas em 2009.

A proposta da UAB/UECE, no que tange à oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de educação a distância, busca incorporar o uso das novas tecnologias e o crescente grau de interatividade que tem permitido alterar as relações de tempo e de espaço, caminhando para uma convergência entre o real e o virtual. Isso leva a redefinir os limites entre o que seja educação presencial e educação a distância e a criação de um modelo de oferta que, na literatura internacional, se denomina *blendedlearning*, e que se pode traduzir como cursos híbridos.

O curso de Especialização em Gestão Municipal, na modalidade a distância, portanto, está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial relacionados à UAB, mas também por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). A existência de 39 polos de apoio presencial em 37 dos municípios cearenses facilita o modelo *blendedlearning*, em que não somente os recursos de tecnológicos de informação e comunicação são importantes, mas também a presença de profissionais formados para atendimento ao estudante, quer presencialmente, quer por meio das TICs.

Para isso, não restam dúvidas do quanto é fundamental a participação da UECE nos editais da UAB para ofertas desses cursos, assim como a realização de parcerias com outras organizações no âmbito público, como o Tribunal de Contas do Estado, Secretarias de Governo etc.

8 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Desde o seu nascimento, a UECE se organiza em uma estrutura multicampi, privilegiando o ensino da graduação e da pós-graduação (*lato e stricto sensu*), a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica. Atualmente, seus cursos são distribuídos em centros e faculdades, órgãos de Execução Programática da UECE, que têm por finalidade supervisionar, mediar, integrar e assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão em campos de conhecimento específicos, delimitados administrativamente. Conta ainda, no âmbito da atenção aos cursos na modalidade a distância, com a SATE/UECE.

Por ser uma universidade estadual, de natureza pública, a UECE está integrada aos modelos organizacionais do estado, estabelecendo um diálogo com diversas instâncias governamentais, de modo a buscar a flexibilidade de processos e de procedimentos administrativos. Com isso, visa manter a sua autonomia como instituição universitária, ainda que com vinculação a outros níveis de planejamento e de regulação, seja no âmbito municipal e estadual, bem como no contexto federal. O seu caráter multicampi tem, portanto, uma identidade que a diferencia de outras instituições universitárias, uma vez que exige maior interdependência institucional, com gerenciamento descentralizado e decisões adequadas a distintos contextos.

¹ <https://www.sct.ce.gov.br/2023/06/07/ceara-abriga-o-segundo-melhor-polo-da-uab-no-pais/#:~:text=Sobre%20a%20UAB%20no%20Cear%C3%A1,atendendo%20aos%20184%20munic%C3%A0Dpios%20cearenses.>

8.1 Missão

Produzir e disseminar conhecimento científico e tecnológico, formar profissionais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e para a promoção do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

8.2 Princípios e valores

As ações da UECE são pautadas por princípios e valores democráticos e acadêmicos alicerçados na produção crítica do conhecimento e na abertura ao diálogo com os diversos setores da sociedade.

Esses princípios e valores, a seguir apresentados, constituem um conjunto de ideais integrados que balizam o processo decisório e o comportamento da universidade, objetivando o cumprimento de sua missão e de seus objetivos institucionais.

8.3 Visão de Futuro

Ser uma universidade integrada à sociedade, com destaque no cenário nacional e internacional, pela qualidade do ensino e a relevância de sua pesquisa, e com contribuição relevante para a elaboração e a execução de políticas e programas públicos estaduais relevantes para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Ceará.

9 CONCEPÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO MUNICIPAL

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em “Estado mínimo”, inspirado no new public management. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenhou-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003 e se estendeu até 2010, procurou recompor o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO et al., 2007).

Essas bandeiras levantadas pelo então presidente e mantidas pela sua sucessora, Dilma Vana Rousseff, ganharam destaque por fomentar o desenvolvimento socioeconômico e a promoção de políticas sociais, mas que com impeachment da Presidente Dilma Rousseff, passaram a ser revistas pelo governo do então Presidente Michel Temer, que anunciou diversas medidas reconhecidas como restritivas de direitos sociais garantidos à população, além da aprovação da PEC 241 (ou 55) na Câmara e no Senado, com o objetivo de congelar gastos (em áreas como saúde e educação), assim como assegurar um suposto controle da crise (DOTTA; MARQUES, 2017).

No contexto de grave crise econômica-fiscal-política-institucional porque passava o país desde 2015 e as tentativas de respostas das políticas governamentais orientadas pela redução do tamanho/papel do Estado na economia e na proteção social; e compressão do gasto público, assume o governo do Presidente Bolsonaro que além de ser reconhecido como o governo que precisou lidar com a pandemia de Covid-19, também foi responsável pela aprovação da reforma da previdência (Emenda Constitucional 103/2019), centrada em ampliação da idade de aposentação e redução do valor de benefícios (CERQUEIRA; CARDOSO, 2022).

Não é sem dúvida que todos estes desafios que são impostos por estas crises crescentes e diferentes orientações ideológicas na condução do governo, que se exige ainda mais uma administração profissionalizada e gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 35,44% e 4,41%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados do Portal da Transparência (BRASIL, 2023). Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude, que são referências mundiais como na área da saúde: Saúde da Família, Programa de Vacinação, Controle de HIV/Aids; e na educação, como: distribuição de material escolar, formação de professores, alocação e avaliação da aplicação de recursos nos municípios; que necessitam de competência específica em logística, controle financeiro, gestão de pessoas para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que ele tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

Dessa forma, o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Municipal, pensado como um dos cursos componentes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), visualiza a possibilidade de atuação de seus egressos no sistema municipal da administração pública, por meio de uma formação estruturada em módulos, básico e específico, com um total de 250 horas.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- Temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho considerando as esferas local e regional;
- Enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- Produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão municipal, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.
- Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional;
- Indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento;
- Valorização dos estudantes como sujeitos que constituem o centro do processo de ensino-aprendizagem;
- Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social.

Em síntese, as diretrizes metodológicas para formação do curso devem oportunizar as competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Municipal está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais e visando o desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Formar os participantes para atuarem como gestores e analistas das políticas governamentais no âmbito local, nos seus processos de formulação, implementação e avaliação, e nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas municipais.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver habilidades e competências para melhorar a prestação de serviços públicos municipais;
- Contribuir para a melhoria da gestão dentro de uma visão estratégica do setor público, a partir do estudo crítico, sistemático e aprofundado da realidade administrativa local.

9.3 Perfil do egresso

O perfil previsto para o egresso do curso de Especialização em Gestão Pública contempla a capacidade deste em:

- atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;
- empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;
- liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;
- reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão; e
- refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento.

9.4 Organização curricular

O curso foi estruturado em 450 horas divididas em dois módulos. O módulo básico, com 240 horas, contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico, com 210 horas, apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos do Curso de Especialização em Gestão Municipal.

9.4.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	TCC	90
–	TOTAL DE HORAS/ MÓDULO BÁSICO	240

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado e das administrações públicas municipais.

9.4.2 Módulo Específico

O módulo específico em Gestão Municipal é composto por sete disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Município e Arranjos Interfederativos	30
8	Gestão Tributária e Orçamento Municipal	30
9	Desenvolvimento Urbano	30
10	Gestão da Saúde	30
11	Gestão da Educação	30
12	Licitações, Contratos e Convênios	30
13	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

9.4.3 Ementário

Disciplina 1 – Introdução a EAD – 30h

EMENTA
Histórico e definições da EaD. Marco legal da EaD. Características e objetivos da EaD. Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Tecnologias de Informação e Comunicação. Ambientes Virtuais de Ensino Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001. CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. MOORE, Michael. G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância. São Paulo: Thomson Pioneira, 2007. QUARTIERBELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001. QUATIERO, Elisa Maria; CATAPAN, Araci Hack; GOMES, Nilza Godoy; CERNY, Roseli Zen. Introdução à educação a distância. Florianópolis: UFSC/EAD/CED/CFM, 2005. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2012.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade – 30h

EMENTA
Política e sociedade. Conceitos de política. Política e poder. O Estado. Política e sociedade no Brasil contemporâneo. Formas de governo, Estado e federalismo no Brasil. Estado, política e participação social.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
AMARAL, Ana Letícia Oliveira do. Política e Sociedade. Santa Maria, RS: Ufsm, 2023.
AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
CORRÊA, Ricardo. Ciência política. UFSC, 2012.
EVANS, Peter. Autonomia e parceria: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
PANOSSO, Carlos Eduardo. Política e sociedade. Recife, PE: Reitoria - Universidade de Pernambuco, 2021.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.
SANTOS, Reginaldo Souza. Administração política como campo do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2010.
WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA
Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. Participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais no campo das políticas públicas.
REFERÊNCIAS BÁSICAS

ENAP, Escola Nacional de Administração Pública. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - Enap, 2019.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante. vol. 1. Brasília: IPEA, 2018a.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post. vol. 2. Brasília: IPEA, 2018b.

MIRANDA, João Paulo Rocha de. Análise e avaliação de políticas públicas. Recife, PE: Reitoria - Universidade de Pernambuco, 2021.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHÉ Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, accountability e responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico. Gestão de risco na gestão pública. Gestão de projetos na gestão pública. Inovação no setor público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

<p>COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.</p> <p>DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.</p> <p>SANTOS, Bruna (org.). Caminhos da inovação no setor público. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - Enap, 2023.</p> <p>ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. Guia referencial para gerenciamento de projetos e portfólios de projetos. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - Enap, 2021.</p> <p>ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. Implementando a gestão de risco no setor público. Brasília: Enap, 2018.</p> <p>MENDONÇA, Patrícia Ferreira de. Gestão pública. Recife, PE: Reitoria - Universidade de Pernambuco, 2021.</p> <p>PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.</p> <p>TEIXEIRA, Luiza Reis. Administração pública brasileira. Recife, PE: Reitoria - Universidade de Pernambuco, 2021.</p> <p>VIEIRA, James Batista. Governança, gestão de riscos e integridade. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - Enap, 2019.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.</p> <p>PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.</p> <p>TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.</p>

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA
<p>Características do conhecimento científico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos. Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de coleta de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e normatizações para redação científica (uso da ABNT). Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico.</p>
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>KÖCHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.</p> <p>TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. Informação & Sociedade, v. 10, n. 2, 2000.</p> <p>VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

YIN, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

KUHN, T. S. A Estrutura das Revoluções Científicas. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Disciplina 6 – TCC

EMENTA
Elaborar e apresentar o trabalho de conclusão do curso. Definição dos tipos de Trabalho de Conclusão. Descrição da estrutura da monografia e do artigo científico. Compreender a relevância do estudo para fins acadêmicos, sociais e gerenciais. Analisar aspectos éticos-legais em trabalhos científicos. Revisar obediência aos padrões impostos pela ABNT.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
TAKO, Karine Vaccaro; KAMEO, Simone Yuriko (organização). Metodologia da pesquisa científica: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa. Campina Grande: Editora Amplla, 2023. 70 p.
PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Editora Feevale, 2013.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Cortez editora, 2017.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE). Sistema de Bibliotecas. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos. Organizadores: Ana Neri Barreto de Amorim, Cicero Davi Rodrigues da Paixão, Tainá Oliveira Silva Santos e Thelma Marylandia Silva de Melo. 3 ed. [recurso eletrônico]. Fortaleza, CE, 2020.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação — Citações em documentos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2023.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ESTRELA, Carlos. Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa. Artes Médicas, 2018.
ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia científica: princípios e fundamentos. Editora Blucher, 2021.
NETO, João Augusto Máttar. Metodologia científica na era da informática. Saraiva Educação SA, 2017.
IMAÑA-ENCINAS, José; SANTANA, Otacílio Antunes. O trabalho científico na metodologia científica. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Engenharia Florestal. 2019. 22 p.

Disciplina 7 – Município e Arranjos Interfederativos – 30h

EMENTA
Poder local e federalismo no Brasil contemporâneo. Pacto Federativo: O Município no sistema político brasileiro. Competências Constitucionais, Legislação e Lei Orgânica do Município. Microrregiões e Regiões Metropolitanas. Instrumentos de Participação Social Municipal. Gestão Democrática e Participativa. Arranjos locais e interfederativos: Parcerias Público Privada, consórcios, cooperação, redes.
REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARRETCHE, Marta. Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV/Fiocruz, 2012.

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (orgs.). Federalismo e Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SPINK, Peter; BAVA, Silvío; PAULICS, Veronika (orgs.). Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/930/930.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

SILVEIRA, AF., et al., org. Cidadania e participação social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SALLES, H. M. Gestão democrática e participativa. 3. ed. rev. ampliada. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Parcerias na administração pública. 11. ed. São Paulo: GEN/Forense, 2017.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Cadernos Adenauer XII (2011), Rio de Janeiro, n. 4, abril 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo P.; SANTANA, Wagner. Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

VELOSO, J. F. A. et. al. Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras. Brasília: Ipea, 2011.

SARMENTO, Joaquim Miranda. Parcerias público-privadas. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

Disciplina 8 – Gestão Tributária e Orçamento Municipal – 30h

EMENTA

O Sistema Municipal de Receitas: Tributos e taxas como ferramenta de indução ao desenvolvimento municipal. Transferências entre as esferas governamentais. Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

PINTO, Nelson Guilherme Machado. Gestão Tributária e orçamento municipal. 1. ed. Santa Maria, RS : UFSM, CTE, 2022.

KRUGER, Juliano Milton. Gestão Tributária e orçamento municipal. 1. ed. Recife: UPE / NEAD, 2021.

CAMARGO, C. H. O.; COSTA, D. C. P. A importância da gestão tributária para a qualidade da gestão municipal. Revista Interdisciplinar da FARESE, v. 4, n. Esp., 2022.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABRANTES, Luiz Antônio; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Gestão Tributária. 3. ed. rev. e ampl. Florianópolis: CAPES/UAB, 2014.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. amp. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

PINHEIRO, Otilie Macedo. Plano diretor e gestão urbana. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014.

BRUNO, Reinaldo Moreira. Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público Municipal. 5. ed. Curitiba (PR): Juruá, 2013.

MACEDO, Alberto; AGUIRREZÁBAL, Rafael; PINTO, Sergio Luiz de Moraes; ARAÚJO, Wilson José de. Gestão Tributária Municipal e Tributos Municipais. São Paulo: Quartier Latin, 2017. v. 6.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (orgs.). Planejamento e Orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: 02 ago. 2019.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, p. 7-70, 2001.

Disciplina 9 – Desenvolvimento Urbano – 30h

EMENTA
Teorias, abordagens e indicadores do desenvolvimento urbano. Gestão de serviços e equipamento urbanos. Gestão ambiental e de resíduos sólidos. Uso e ocupação do solo. Gestão do patrimônio histórico, cultural e social. Saneamento básico. Mobilidade urbana. Orçamento participativo. Estatuto da Cidade.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
LING, Anthony. Guia de gestão urbana. São Paulo: BEI, 2017. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (orgs.). Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. ABIKO, Alex; MORAES, Odair Barbosa. Desenvolvimento urbano sustentável. São Paulo, 2009. GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIN, Francini Imene Dias. Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental. São Paulo: Saraiva, 2014. BERNARDI, Jorge Luiz; BRUDEKI, Nelson Martins. Gestão de Serviços Públicos Municipais. Curitiba: Intersaberes, 2013. MARICATO, Erminia. O impasse da política urbana no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 214 p. OLIVEIRA, Dinara de Arruda. Plano Diretor das Cidades. Brasília: Juris, 2018. BRASIL. Estatuto da cidade: guia para a implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara de deputados – coordenação de publicações, 2001. IPEA. Instrumentos de planejamento e gestão urbana: uma análise comparativa. Brasília: IPEA, 2002. GUIMARÃES, Pedro Paulino. Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização. São Paulo: Pró-livros, 2004. SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

Disciplina 10 – Gestão da Saúde – 30h

EMENTA

Princípios do SUS e pacto federativo. Organização da Atenção à Saúde: cuidados primários e estratégia saúde da família. Planejamento municipal: plano plurianual, plano anual e relatório de gestão. Regulação, controle e avaliação. Financiamento municipal em saúde. Controle Social: conselho municipal de saúde; gestão participativa. Tendências e desafios atuais em gestão da saúde. Ética e responsabilidade em gestão da saúde.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GONÇALVES, M. A. Organização e funcionamento do SUS. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014. 132p
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 127 p.
VACCARO, Stefania Becattini; DOS SANTOS GOMES, Thaís. Terceirização da gestão na Saúde Pública. SciELO- Editora FIOCRUZ, 2022.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de (orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012
NUNES, Filipe Bonfim et al. Experiência de acadêmicos de enfermagem na gestão em saúde através do planejamento estratégico situacional. Saúde Coletiva (Barueri), v. 12, n. 81, p. 11678-11687, 2022.
TAJRA, S. F. Gestão em Saúde: Noções Básicas, Práticas de Atendimento, Serviços e Programas de Qualidade. N.p., Saraiva Educação S.A., 2014.
ALMEIDA, Mariana Tais Paduki de et al. Gestão em saúde e a política pública de saúde. Concilium, v. 22, n. 3, p. 560-573, 2022.

Disciplina 11 – Gestão da Educação – 30h

EMENTA

Arcabouço legal e normativo de financiamento da educação na esfera municipal Gestão da rede municipal de educação: unidades escolares, creches, projetos pedagógicos, valorização do magistério, matrícula, transporte e merenda. Arranjos interfederativos e políticas públicas na área de educação: Plano de Ações Articuladas, cooperação entre esferas e políticas educacionais. Conselhos escolares e controle social. Indicadores de avaliação de desempenho na Educação Básica. Gestão democrática da educação. Ética e responsabilidade na gestão da educação. Tendências e desafios atuais em Gestão da Educação

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRAVO, Ismael. Gestão Educacional no Contexto Municipal. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.
MARTINS, Angela Maria et al. Políticas e gestão da educação: desafios em tempos de mudanças. Autores Associados, 2023.
HELOANI, Roberto. Modelos de gestão e educação: gerencialismo e subjetividade. Cortez Editora, 2023.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CUNHA, Maria Couto (org.). Gestão Educacional nos Municípios: entraves e perspectivas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 366 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.
DOURADO, Luiz Fernandes. PNE, Políticas e Gestão da Educação: novas formas de organização e privatização. Brasília, DF: Anpae, 2020.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; BARBALHO, Maria Goretti Cabral; COSTA, Maria Simone F. Pereira M. Dimensões do Plano de Ações Articuladas: contextos e estratégias de implementação. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2017.

ALMERINDO, JANELA AFONSO. Estado, políticas e gestão da educação: resistência ativa para uma agenda democrática com justiça social. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 36, n. 2, p. 403-428, 2020.

Disciplina 12 – Licitações, Contratos e Convênios

EMENTA
Licitações: aspectos gerais, princípios legais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Registro de preços. Regime diferenciado de contratação. Poder de compra e sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos: legislação, modalidades de contratos administrativos e terceirização. Convênios no setor público. Planejamento de compras governamentais e gestão de Suprimentos na administração municipal. Transparência na gestão pública.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
PINTO, Nelson Guilherme Machado. Licitações, contratos e convênios. Santa Maria, RS : UFSM, CTE, 2022. OLIVO, Luiz Carlos Cancelier de. Direito Administrativo. 3. ed. Brasília : CAPES, UAB, 2015. HERMANY, Ricardo. Os grandes temas do municipalismo: o princípio da transparência na gestão pública. 3.ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2015.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
OLIVO, Luiz Carlos Cancelier de. Licitação, contratos e convênios. 3. ed. Brasília: CAPES, UAB, 2016. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016. TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios. Curitiba: Juruá, 2016. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016. FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina 13 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

EMENTA
Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas, níveis e instrumentos. Análise do ambiente e plano de ação. Visão, missão, valores e objetivos organizacionais. Grupos de processos dos projetos: elaboração, viabilidade, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas, softwares e instrumentos de gerenciamento de projetos. Áreas de conhecimento de gestão de projetos. Editais e prospecção de fontes de financiamento para projetos.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
ANDRADE, A. R. Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 2ª edição, 2022. GUIA, PMBOK. Um guia de conhecimento em gerenciamento de projetos (pmbok® guide). 7. Ed. Project Management Institute, 2021. PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos. 8. Ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

KERZNER, H. Gerenciamento de projetos: Uma abordagem sistêmica para planejamento, programação e controle. Editora Blucher. 2ª edição, 2021.

GIDO, Jack; CLEMENTS, Jim; BAKER, Rose. Gestão de projetos. Cengage Learning, 2023.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. Guia referencial para gerenciamento de projetos e portfólios de projetos. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública – Enap, 2021.

CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TCU. Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

10 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

O Curso de Especialização em Gestão Municipal a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- aluno matriculado no curso;
- professores formadores, responsáveis pelo planejamento da disciplina em relação aos aspectos relacionados aos: objetivos de aprendizagem, conteúdo programático, estratégias de ensino-aprendizagem, recursos didáticos e sistemática de avaliação da disciplina. Também são os responsáveis por definir e/ou elaborar os materiais didáticos a serem utilizados no curso;
- tutores, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Os estudantes contarão com o apoio de tutores presenciais e a distância; e
- equipe de apoio, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1 Corpo discente

O ingresso no curso se dará por seleção pública. As chamadas públicas são elaboradas pela Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais (SATE) da UECE e recebem ampla divulgação nas páginas oficiais da instituição e em suas redes sociais.

10.2 Corpo docente

O corpo docente do Curso de Especialização em Gestão Municipal é composto por professores formadores e tutores presenciais e a distância. Para com este quadro, tendo em vista o que determina a Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, serão realizadas chamadas públicas para realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Para os tutores (presenciais e a distância), será exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, e para os professores será exigida experiência de 03 (três) anos no magistério superior, para a categoria Professor Formador I, e formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior para Professor Formador II. Também será dada preferência ao quadro de servidor público docente concursado da UECE, sendo admitido o preenchimento das vagas por professores externos no caso de não preenchimento das vagas por estes docentes.

A SATE considera que as atribuições para Tutor(a) Presencial são as seguintes:

- Ajudar cada aluno a planejar sua aprendizagem e motivar seu envolvimento com o curso;
- Mapear e registrar, conjunta e periodicamente, com cada estudante: os interesses, as necessidades e as habilidades desenvolvidas e a serem exploradas no que tange a proposta pedagógica do curso;
- Incentivar cada aluno a acompanhar e realizar todos os trabalhos acadêmicos solicitados;
- Organizar, conduzir e acolher grupos de alunos para estudos no polo. e) Incentivar a criação e manutenção de comunidades de interesse on-line entre os estudantes;

- e) Incentivar a leitura de livros acadêmicos e de literatura em geral, fomentando o hábito de leitura nos estudantes;
- f) Atuar como mediador junto aos alunos e aos conteúdos, facilitando o enfrentamento, por parte dos alunos, de suas contradições e inconsistências cognitivas;
- g) Atuar como mediador e facilitador nas discussões acadêmicas presenciais, mantendo uma postura acolhedora;
- h) Organizar e participar dos encontros presenciais;
- i) Estabelecer agenda de estudo com cada aluno, respeitando os tempos e espaços dele;
- j) Acompanhar as atividades pedagógicas propostas nas disciplinas/módulos/blocos temáticos do curso;
- k) Informar aos professores e tutores a distância todas as questões pedagógicas referentes a cada aluno como, por exemplo, ausências, afastamentos, dificuldades cognitivas, alternativas de superação delas;
- l) Elaborar relatórios mensais sobre a turma sob sua responsabilidade;
- m) Registrar casos particulares de dificuldades pedagógicas e encaminhá-las ao tutor à distância, ao professor e ao coordenador do curso;
- n) Participar das reuniões de planejamento e de capacitação dos tutores periodicamente, de acordo com os horários estabelecidos pela coordenação do curso, sempre que for convocado;
- o) Responsabilizar-se por preparar e coletar a frequência dos alunos nos momentos presenciais;
- p) Apoiar na sala de aula ou no laboratório de informática do polo, a realização das avaliações das disciplinas do curso;
- q) Dar suporte ao professor nas atividades de campo, laboratório ou outras atividades curriculares que envolvam espaços pedagógicos fora os polos;
- r) Ser capaz de realizar acompanhamento e orientações de trabalhos de monitoria acadêmica, extensão universitária e iniciação a pesquisa nos cursos de graduação ou nos cursos de especialização;
- s) Ser capaz de dar apoio ao trabalho de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Graduação ou Monografia na especialização;
- t) Outras atribuições pertinentes à função.

Já para os tutores a distância, a SATE considera as seguintes atribuições:

- a) Participar de cursos de capacitação em tutoria, reuniões acadêmicas ou de integração;
- b) Assessorar os professores em todas as atividades que se fizerem necessárias ao bom andamento do curso;
- c) Conhecer detalhadamente os materiais, procedimentos e recursos tecnológicos utilizados na disciplina;
- d) Auxiliar os professores na realização de trabalhos práticos, teóricos e experimentais e na seleção e organização de materiais de apoio que deem sustentação teórica qualificada para o desenvolvimento das disciplinas do curso;
- e) Realizar estudos teóricos sob orientação dos professores do curso;
- f) Manter diálogo constante com os tutores presenciais dos polos sobre a realização das atividades dos alunos;
- g) Incentivar o aluno para o uso das tecnologias valorizando o estudo e a experiência de cada um;
- h) Estimular os alunos na realização das atividades inerentes a cada disciplina do curso;
- i) Auxiliar e orientar os alunos no uso da plataforma Moodle;
- j) Facilitar e acompanhar o acesso dos estudantes aos enfoques e às atividades temáticas;
- k) Promover a sistematização e aprofundamento dos conteúdos veiculados através de comentários, esclarecimentos de dúvidas, explicitação de conceitos, respostas a questionamentos e solução de problemas;
- l) Providenciar a abertura dos Fóruns e mediar as discussões na sala de aula virtual conforme planejamento prévio;
- m) Disponibilizar e fornecer informações, acompanhar e orientar as atividades propostas das disciplinas e os trabalhos realizados, esclarecendo dúvidas e respondendo com presteza os e-mails recebidos dos alunos;
- n) Participar de todas as atividades on-line ou off-line sugeridas pelo professor e/ou coordenação;
- o) Analisar o desempenho dos alunos e propor procedimentos que melhorem o seu rendimento, quando necessário;
- p) Estar atento ao nível de interatividade dos alunos para identificar quais não estão interagindo e tentar resgatar a relação interativa;
- q) Manter registro atualizado sobre as ausências, realizações de atividades, dificuldades e solicitações dos alunos;
- r) Emitir relatórios sobre a situação dos alunos e encaminhá-los periodicamente aos professores e coordenadores de curso;
- s) Participar dos encontros presenciais com professores e/ou coordenação, quando necessário;
- t) Realizar acompanhamento e orientações de trabalhos de monitoria acadêmica, extensão universitária e iniciação a pesquisa nos cursos de graduação ou especialização;
- u) Acompanhar e apoiar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

- v) Participar ativamente de grupos de estudos e/ou grupos de pesquisas propostos e gerenciados pela Coordenação do Curso, visando produzir conhecimento científico sobre ferramentas tecnológicas usadas na educação e aspectos gerais ligados a educação a distância e a área específica de conhecimento do curso de graduação ou especialização ao qual está vinculado;
- w) Outras atribuições pertinentes à função.

Em relação ao professor formador, que é considerado o responsável pela disciplina do curso, deve estar à disposição para esclarecimento de dúvidas dos estudantes e/ou tutores a partir de cronograma estabelecido junto a cada docente. No que diz respeito à dimensão do acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, a SATE elenca as seguintes atribuições para o do professor formador I e II:

- a) Participar dos cursos e reuniões para aprofundamento teórico relativo aos conteúdos trabalhados nas diferentes áreas;
- b) Planejar e definir, com a coordenação e tutores, o cronograma das atividades da disciplina de acordo com o calendário geral do curso;
- c) Analisar o material didático da disciplina bem como indicar textos e fontes de pesquisa complementar, quando for o caso;
- d) Organizar a apresentação de slides da disciplina para posterior gravação de vídeo aula;
- e) Elaborar e corrigir as avaliações a distância, ou auxiliar na sua correção por parte dos tutores, neste caso disponibilizando os gabaritos respectivos;
- f) Elaborar avaliações que deverão ser compostas por, pelo menos, uma avaliação parcial (NPC) e uma avaliação final (NEF) e suas respectivas segundas chamadas ou banco de questões para as provas online,
- g) Definir as ações de interação a distância (Fórum, Chat, Diário, etc) no AVA, elaborando as problematizações e auxiliando os tutores no seu funcionamento;
- a) Preencher o Diário da Disciplina que é responsável e entregá-lo no prazo estabelecido pela Coordenação do Curso;
- b) Selecionar materiais didáticos, em mídias variadas, para a disciplina;
- c) Conhecer e participar das discussões relativas à confecção e uso de material didático;
- d) Auxiliar os Tutores no processo de orientação aos alunos;
- e) Participar de encontros com os outros professores pesquisadores do curso para dar unidade ao conteúdo do semestre;
- f) Preparar aulas de videoconferência e webconference;
- g) Elaborar conteúdos a serem disponibilizados na internet;
- h) Estimular os alunos em momentos de dificuldades para que não desistam do curso;
- i) Participar ativamente do processo de avaliação e recuperação de aprendizagem;
- j) Assumir orientação de Trabalhos de Monografia de alunos;

10.3 Equipe multidisciplinar

Os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar ficam subordinados diretamente à Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais (SATE) da UECE, acompanhando o andamento de todos os cursos na modalidade EaD ofertados pela instituição.

Para compor o quadro da equipe multidisciplinar é realizada seleção pública, em que os candidatos devem apresentar no mínimo os seguintes requisitos:

- a) Ser servidor público docente concursado, do quadro da instituição. 3.1.2. No caso de não preenchimento das vagas por docentes da UECE, será admitida a participação de professores externos;
- b) Possuir formação completa em nível superior e, no mínimo, especialização concluída;
- c) Cumprir pelo menos uma das seguintes condições: (a) Possuir experiência mínima de 3 anos no Magistério Superior (bolsista nível I), ou; (b) Possuir experiência mínima de 1 ano no Magistério Superior (bolsista nível II);
- d) Ter disponibilidade para cumprir, presencialmente, a carga-horária de trabalho na SATE ou nas Unidades ofertantes dos cursos UAB/UECE, conforme agenda de trabalho a ser estabelecida junto à Coordenação UAB/UECE.

A funções a serem desempenhadas pela equipe multidisciplinar da UECE são as seguintes:

- a) Gestão financeira dos convênios UAB/UECE;
- b) Gestão de Chamadas Públicas e ações de formação em serviços das equipes dos cursos;

- c) Suporte tecnológico para integração dos Sistema Acadêmico (SisAcad) e Sima;
- d) Gestão do Moodle;
- e) Gestão de material didático;
- f) Gestão de indicadores de rendimento e desempenho dos alunos;
- g) Suporte ao desenvolvimento de Atividades Complementares e Curricularização da Extensão;
- h) Acompanhamento de programas e projetos especiais;

10.4 Docentes que participam da gestão do curso

Os docentes que responderão pela gestão do curso de Especialização em Gestão Municipal, tendo em vista o que designa a Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, serão escolhidos mediante seleção pública, como os seguintes requisitos mínimos:

- a) Formação de nível superior e experiência de 3 (três) anos no magistério superior;
- b) Ter conhecimento básico do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle;
- c) Fazer parte do corpo docente das Universidades estaduais do Ceará ou técnico-administrativa da UECE, podendo estar na condição de ativo ou inativo;
- d) Familiaridade com o uso do computador, internet e demais recursos de informática;
- e) Disponibilidade de carga horária para realizar atividades inerentes à função de Coordenador de curso ou de Coordenador de tutoria em horário flexível de segunda-feira à sábado, inclusive para viagens de acordo com a necessidade do curso

A seguir, elenca-se as funções do coordenador do curso e do coordenador de tutoria:

Coordenador de curso:

- a) Organizar administrativa e academicamente o curso;
- b) Acompanhar e avaliar o processo de execução do curso nos Polos;
- c) Presidir o Colegiado do Curso, constituído pelos Professores (Conteudistas e Formadores), Tutores (a distância e presencial); e,
- d) Outras funções relativas ao cargo que possam surgir.

Coordenador de Tutoria:

- e) Apoiar o Coordenador de Curso nos polos de apoio presenciais;
- f) Apoiar o Coordenador de Curso em atividades de pesquisa e extensão universitárias relativas ao curso;
- g) acompanhar o desenvolvimento das atividades da Tutoria a distância em relação ao estudo das unidades através do AVA Moodle, assim como as atividades inerentes à tutoria presencial;
- h) Orientar a respeito da preparação do material da disciplina; b) Preparar materiais para capacitação de Tutores;
- i) Supervisionar a entrega das provas e trabalhos com os respectivos gabaritos, quando for o caso;
- j) Intermediar as possíveis dificuldades de comunicação entre professores e tutores e a demanda dos tutores
- k) com vistas ao correto andamento da disciplina;
- l) Oferecer suporte ao Coordenador do Curso nas questões que envolverem os professores das disciplinas, como seleção e treinamento;
- m) Supervisionar as trocas de mensagens ocorridas entre alunos e Tutores; e,
- n) Outras funções relativas ao cargo que possam surgir.

11 INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores, tutores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica. Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a) implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- b) produção e/ou organização do material didático apropriado à modalidade;

- c) processos próprios de orientação e avaliação;
- d) monitoramento do percurso do estudante; e
- e) criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.
- f) Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

- g) Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:
- h) manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- i) designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- j) manutenção dos núcleos tecnológicos na Ipes e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- k) organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Ipes.

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Municipal encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

Oportuniza-se também o acesso a outros materiais que estão disponíveis no Educapes e em outros sites de domínio público. Ressalte-se que a bibliografia recomendada seguiu a orientação de indicar materiais que possam ser facilmente encontrados na internet.

11.1 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Municipal, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- e-mail;

11.2 Encontros presenciais

Os encontros presenciais envolverão os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso, notadamente aqueles que atuam nos polos de apoio presencial. Entretanto, o planejamento é feito com a supervisão da coordenação, mas sob a tutela dos professores formadores que definirão ações a serem desenvolvidas presencialmente, que podem envolver: realização de provas, apresentação de palestras, aulas, realização de seminários, apresentação de pesquisas desenvolvidas, defesas de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica e a aulas para abertura e fechamento de disciplinas que no curso serão denominadas de Encontro Inicial (EI) e Encontro Final (EF).

A finalidade do EI é fazer a predição da disciplina, ou seja, dar oportunidade ao aluno, através de atividades planejadas pela equipe pedagógica, de conhecer de modo geral os conteúdos da disciplina, sua importância para o curso e para a formação do especialista em Gestão Municipal, bem como conhecer sua aplicação e/ou relação com mercado/sociedade/Estado.

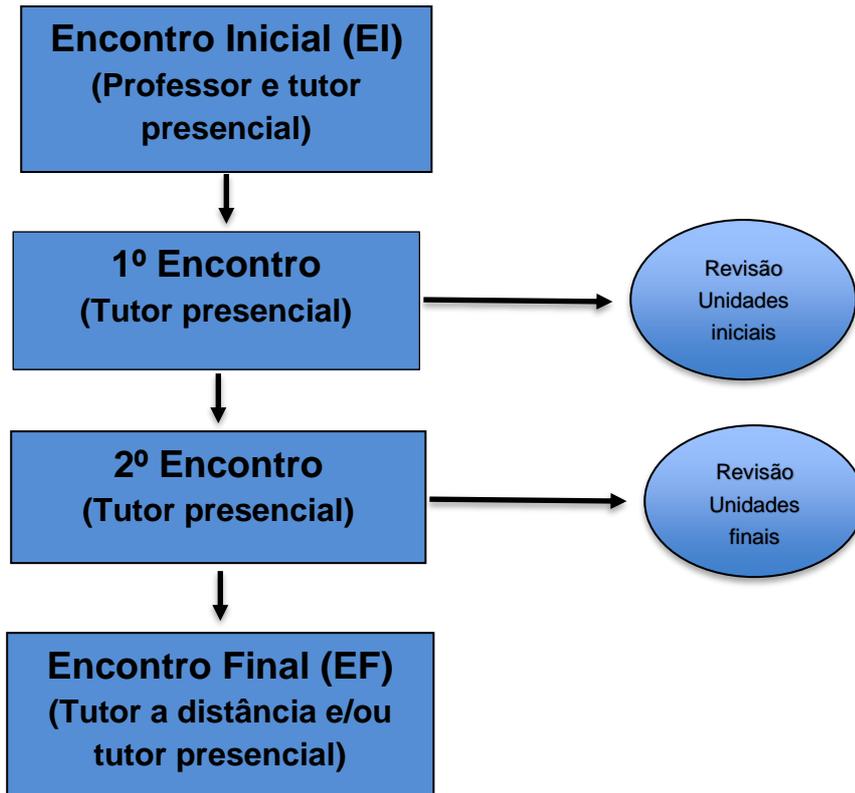
Considerando as especificidades dos cursos de gestão pública, em que muitas vezes não é possível um professor para cada turma/polo de apoio presencial, a coordenação deverá fazer um rodízio para indicar qual turma/polo de apoio presencial irá contar com a presença do professor ou professores da disciplina. Os outros polos participarão da aula unicamente com a presença do tutor presencial, que conduzirá as atividades, caso tenham sido planejadas pelos professores, ou simplesmente acompanharão os estudantes na transmissão da aula por web conferência, por meio da RNP ou outra plataforma que melhor atender às necessidades tecnológicas dos polos de apoio presencial.

Já os EFs, visam na maioria das vezes, levar os alunos a desenvolverem e/ou apresentar pesquisas teórico-empíricas. Esta atividade além de seu caráter cognitivo busca desenvolver nos alunos competências e habilidades essenciais aos egressos de cursos de administração: trabalhar em equipe, liderança, iniciativa, autonomia, criatividade, habilidade oral etc., além de primar pela socialização dos estudantes. Para consecução deste encontro, caso os professores formadores tenham planejado atividades de seminários ou semelhantes, o polo poderá contar também com a participação do tutor a distância nestas atividades. Sendo prescindida a sua presença quando se tratar apenas de aplicação de prova.

Os encontros com o tutor presencial, por sua vez, consistem na promoção de atividades para rever o conteúdo das unidades iniciais e finais, por meio de encontros individuais ou em grupo, para estimular não somente a aprendizagem do conteúdo programático, mas também a socialização e a motivação para realização das atividades.

A Figura 1 esquematiza a dinâmica dos encontros presenciais em que tutores e professores formadores se alternam no atendimento das demandas dos alunos:

Figura 1 – Fluxograma dos Encontros Presenciais



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

12 DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação de aprendizagem

Na UECE, a sistemática de avaliação do processo de ensino-aprendizagem para os cursos Latu Senso é regida pela Resolução Nº 930/CONSU, de 18 de fevereiro de 2013, que determina o seguinte:

Art. 21 - A avaliação do rendimento escolar será feita por disciplina, através de seminários, oficinas e estágios, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e eficiência, ambos eliminatórios por si mesmos.

§ 1º - Entende-se por assiduidade a frequência às disciplinas e a outras atividades exigidas, ficando reprovado o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) dessas atividades.

§ 2º - Entende-se por eficiência o grau de aplicação do aluno aos estudos, abrangendo a assimilação progressiva do conhecimento e o domínio do conjunto da matéria lecionada.

Art. 22 - A avaliação do rendimento em cada disciplina do curso far-se-á por um ou mais dos seguintes meios de aferição: provas, exames, trabalhos, projetos, assim como participação geral nas atividades da disciplina.

§ 1º - A avaliação de que se ocupa este artigo, será expressa em resultado final através de uma escala numérica de notas de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

§ 2º - Considerar-se-á aprovado em cada disciplina o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades desenvolvidas e nota final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero).

13 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: celular e web conferência,

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: fóruns, e-mails, chat por celular e outros que possam surgir por demanda da UECE e dos estudantes.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas. Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portal da Transparência. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/servidores>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CERQUEIRA, Bráulio Santiago; CARDOSO JR, José Celso. Estado de bem-estar e funcionalismo público na linha de tiro do neoliberalismo: a Reforma Administrativa Bolsonaro e suas falácias. Estado social contra a barbarie. Jorge Abrahão de Castro e Marcio Pochmann (organizadores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 319-334, 2020.

DOTTA, Alexandre Godoy; MARQUES, Camila Salgueiro da Purificação. Programas sociais, a exclusão social e a vedação ao retrocesso: direitos sociais no Brasil em crise. Revista do Direito. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 53, p. 2-22, 2017.

LEIROS, Larissa. 6 programas de saúde pública do Brasil considerados referência no mundo. Uol Online, São Paulo, 05 jun. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/06/05/6-programas-de-saude-publica-do-brasil-considerados-referencia-no-mundo.htm>. Acesso em: 21 nov. 2023.